



Em uma festa à fantasia, embalada por jazz e champanhe, um camelo se casa com a encantadora de serpentes e arma a maior confusão; amarga e indignada, uma matriarca octagenária contempla a descendência infeliz e xinga os frutos falhados de seu ventre; escondida de modo improvável, uma carta roubada desafia o talento de um chefe de polícia preso a métodos convencionais de investigação. Essas e outras histórias você encontrará neste volume de contos especialmente organizado pela premiada escritora Ana Maria Machado.



ORG. Ana Maria Machado

Leituras de escritor

# Leituras de escritor

ORGANIZAÇÃO

## Ana Maria Machado

EDGAR ALLAN POE • MACHADO DE ASSIS  
O. HENRY • SAKI • FRANCIS SCOTT FITZGERALD  
MÁRIO DE ANDRADE • VIRGINIA WOOLF  
CLARICE LISPECTOR • STANISLAW PONTE PRETA  
JULIO CORTÁZAR • RUBEM FONSECA  
GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ • ERIC NEPOMUCENO

ILUSTRAÇÕES

Thais Beltrame



*Leituras de escritor*

— ORGANIZAÇÃO —

Ana Maria Machado



# *Leituras de escritor*

— ORGANIZAÇÃO —

**Ana Maria Machado**

EDGAR ALLAN POE • MACHADO DE ASSIS  
O. HENRY • SAKI • FRANCIS SCOTT FITZGERALD  
MÁRIO DE ANDRADE • VIRGINIA WOOLF  
CLARICE LISPECTOR • STANISLAW PONTE PRETA  
JULIO CORTÁZAR • RUBEM FONSECA  
GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ • ERIC NEPOMUCENO

— ILUSTRAÇÕES —

**Thais Beltrame**



Gabriel García Márquez – “El avión de la bella durmiente”,  
*Doce cuentos peregrinos*  
© 1992, Gabriel García Márquez e herdeiros de Gabriel García Márquez  
Julio Cortázar – “La autopista del Sur”, *Todos los fuegos, el fuego*  
© herdeiros de Julio Cortázar, 1966  
© Organização Ana Maria Machado, 2008

*Gerência editorial* Adilson Miguel  
*Edição executiva* Graziela R. S. Costa Pinto

*Coordenação editorial* Fabio Weintraub  
*Preparação* Agnaldo Holanda  
*Revisão* Marcia Menin, Carla Mello Moreira e Penelope Brito

*Edição de arte* Leonardo Carvalho e Laura Daviña  
*Diagramação* Paulo Minuzzo  
*Produção industrial* Alexander Maeda  
*Impressão*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Leituras de escritor / organização Ana Maria Machado;  
ilustração Thais Beltrame. — 4 ed. — São Paulo: SM,  
2015. — (Coleção Leituras de Escritor)

Vários autores.  
Vários tradutores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-85-418-1208-5

1. Contos - Coletâneas I. Machado, Ana Maria.  
II. Beltrame, Thais. III. Série.

15-09182

CDD-808.83

Índice para catálogo sistemático:

1. Contos : Coletâneas : Literatura 808.83

*Grafia conforme o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*

1ª edição 2008  
4ª edição 2015  
2ª impressão outubro de 2016

Todos os direitos reservados a  
**EDIÇÕES SM**  
Rua Tenente Lycurgo Lopes da Cruz 55  
Água Branca 05036-120 São Paulo / SP Brasil  
Tel. (11) 2111-7400  
www.edicoessm.com.br

NOTA DO EDITOR: À exceção das notas elaboradas pelos tradutores, indicadas por meio da abreviatura (N. da T.), as demais são notas de edição.

# SUMÁRIO

Um leitor privilegiado	6
De memória, com afeto	7
<i>A carta roubada</i> Edgar Allan Poe	11
<i>Pai contra mãe</i> Machado de Assis	39
<i>A última folha</i> O. Henry	55
<i>A porta aberta</i> Saki	67
<i>As costas do camelo</i> Francis Scott Fitzgerald	75
<i>Piá não sofre? Sofre</i> Mário de Andrade	113
<i>A duquesa e o joalheiro</i> Virginia Woolf	135
<i>Feliz aniversário</i> Clarice Lispector	147
<i>A ignorância ao alcance de todos</i> Stanislaw Ponte Preta	163
<i>A autoestrada do Sul</i> Julio Cortázar	169
<i>O cobrador</i> Rubem Fonseca	199
<i>O avião da Bela Adormecida</i> Gabriel García Márquez	221
<i>Dizem que ela existe</i> Eric Nepomuceno	231
Referências bibliográficas	243
Sobre a organizadora e a ilustradora	244

## Um leitor privilegiado

Aventurar-se por um domínio novo na companhia de um guia experiente, que conhece o “país” a desbravar como a palma da mão — quer coisa melhor? Pois é esta a proposta da coleção LEITURAS DE ESCRITOR: oferecer a jovens leitores antologias de textos curtos organizadas por escritores de renome, que se debruçam sobre a produção alheia impelidos por questões que podem dizer respeito às suas próprias inquietações criativas.

Assim, à parte os critérios tradicionais que costumam presidir a organização de antologias — afinidade temática, escolas literárias, períodos históricos, nacionalidade etc. —, as escolhas aqui foram feitas com base na experiência de um leitor privilegiado, um leitor que é também escritor e que, por conhecer o ofício, transita pelos dois lados da página com igual desenvoltura. Deixando-se então levar por sua memória, por seu gosto pessoal, por sua atenção aos detalhes de estrutura, à composição das personagens, ao manejo da frase, aos ardis do narrador... esse leitor-escritor divide suas impressões, seu assombro e sua alegria com os jovens a quem se dirige, estimulando-os também a confiar na própria sensibilidade para explorar diferentes universos ficcionais.

Além disso, os textos são entremeados por breves comentários do organizador, elaborados com o intuito de fornecer ao jovem informações sobre os autores e seu contexto histórico, destacando elementos-chave para a compreensão da narrativa e, em alguns casos, arriscando interpretações ou convidando o leitor a interrogar-se ao mesmo tempo que interroga a narrativa na qual se embrenha.

Abreviemos, porém, as explicações acerca da viagem que se abre daqui em diante. Viagem sem mapa ou bússola, orientada tão somente pelo conhecimento prático de quem já descobriu serem muitos os percursos possíveis no texto literário e que, nessa floresta de sentidos, a distância a percorrer é sempre maior que a existente entre o começo da primeira linha e o fim da última página.

*Os editores*

## De memória, com afeto

Sou uma leitora voraz. Mas constato que, em geral, prefiro ler romance, ensaio e poesia. Não sou leitora habitual de contos. Quer dizer: raramente retiro numa biblioteca ou compro numa livraria um volume de contos. Embora goste de antologias variadas, acho que muitas vezes evito coletâneas temáticas porque tenho medo de achar repetitivo, talvez de me cansar. Nem sei direito explicar as razões dessa baixa preferência. No entanto, reconheço algo estranho nessa atitude, pois tenho certeza de que alguns dos melhores livros que li em minha vida foram reuniões de contos de um mesmo autor. Além de alguns contistas que incluí nesta minha seleção, poderia citar Lygia Fagundes Telles, Guy de Maupassant, João Ubaldo Ribeiro, Ernest Hemingway, Guimarães Rosa, Jorge Luis Borges, Mark Twain, Dalton Trevisan, entre outros grandes mestres do gênero que, sem dúvida, sempre li com muito prazer.

Ao tentar alinhar as ideias para escrever esta introdução, percebo que talvez esse meu lado de leitora de contos tenha certa semelhança com minha atitude em relação ao teatro. Já fiz crítica teatral para jornais e revistas, durante quase dez anos, e por causa disso fui obrigada a assistir a uma quantidade imensa de peças. Nessa experiência, aprendi que gosto tanto de teatro, mas tanto mesmo, que não admito um espetáculo meramente simpático e gostosinho, mas medíocre e que sirva apenas para passar o tempo. Filme, sim, pode ser descartável e digestivo. Não me incomoda com isso. Mas teatro é outra coisa. Para mim, tem de me abalar, me dar um choque de assombro. Sou muito mais exigente com teatro do que com cinema e *show*. Isso eu já sei há muito tempo. Constato agora que provavelmente também sou muito mais exigente com conto do que com outros gêneros. Daí que me irrita ao ler contos que não sejam *muuuuito* bons.

O gênero conto é muito difícil, porque talvez só admita a perfeição. Em um romance, há certo espaço, um tempo adequado, em

que o autor vai trabalhando seus temas, criando aos poucos uma atmosfera, desenvolvendo personagens e estruturando a ação. Eventualmente, um trecho um pouco mais fraco pode funcionar em relação ao todo e ser plenamente compensado pela força de outras passagens. No conto, não. A economia é outra, e impiedosa. Ela não admite qualquer palavra supérflua, não perdoa desperdício. É necessário ser exato. Como se o autor escrevesse com bisturi. É um gênero que exige concentração e intensidade. Um bom conto é um lampejo.

Há contos que se encaminham para um clímax súbito, incisivo e inevitável — o epílogo perfeito. Como leitores, adoramos o instante de revelação em que isso ocorre, como se presenciássemos a queda precisa de um raio no lugar exato em que ele fazia falta e nem desconfiávamos. Talvez se sentisse assim o homem primitivo, ao ganhar do céu o fogo numa árvore, capaz de aquecê-lo e iluminá-lo em plena noite de inverno, sendo ainda mantido por muito tempo. Um presente divino.

Nesta antologia, é o que ocorre com o conto de Saki, por exemplo, ou com o de O. Henry. O desenlace surpreendente era uma concepção que dominava o gênero no século XIX. Nos contos mais contemporâneos, muitas vezes o que o autor evoca é uma convergência de elementos significativos, ainda que tênues, os quais vão compondo um panorama daquele aspecto específico da realidade ou da imaginação que a visão do autor decidiu privilegiar. São narrativas que modificam a percepção do leitor para sempre, passando a nos habitar pelo resto da vida — como nas obras de Clarice Lispector e Rubem Fonseca que escolhi para este volume.

Feitas essas considerações literalmente genéricas, resta-me explicar os meus critérios de seleção. Em rigor, o critério foi um só: a memória. Ou dois, se a ela somarmos a admiração. Fiz questão de escolher os contos que fui lembrando como inesquecíveis. De início, eram muitos mais. Surpreendi-me ao ver como recordo tão vividamente tantas leituras de um gênero que nunca considerei meu preferido. Depois, fui eliminando. Cortei alguns porque já es-

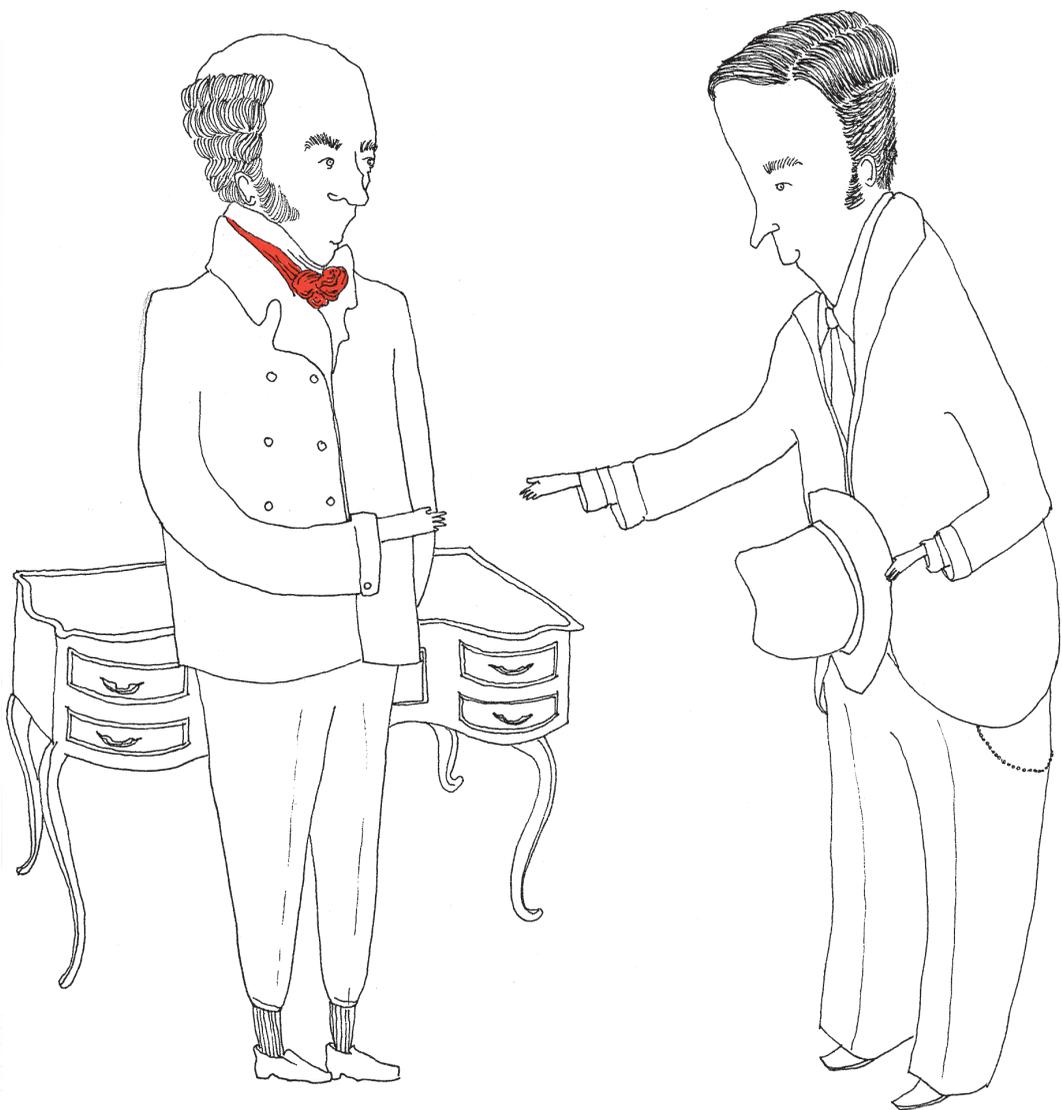
tavam em outras coletâneas; outros porque havia problemas contratuais impedindo ou dificultando sua utilização. Por fim, ordenei-os usando o critério cronológico da data original de publicação, dos mais antigos para os mais recentes.

Os contos que você lerá a seguir não são os vencedores de uma competição, não são *os mais* coisa nenhuma. Mas, sim, estão entre os contos cuja leitura me deu mais prazer e que mais me marcaram. Entre eles não há nenhum que não tenha me tocado a emoção e a razão de alguma forma.

Fiz questão de não incluir textos que me lembro de ter lido quase por obrigação, porque eram considerados importantes e celebrados como fundamentais para o gênero e que, muitas vezes, me pareceram distantes. Ou pior: por vezes não consegui deixar de achar chatíssimos alguns desses tão celebrados. Francamente, não me marcaram.

Repito, portanto, e me desculpo se necessário: minha escolha nasce de um critério absolutamente pessoal, com predomínio do afeto. Mas, afinal, acho que com isso não estou muito longe do que me pediram. São recordações de leitura de uma escritora. E fico feliz por ver que me lembro de uma quantidade tão grande de contos bons, tantos que dava até para fazer outro volume, com histórias tão boas e tão bem escritas quanto as que reuni aqui.

*Ana Maria Machado*



# A carta roubada

*Edgar Allan Poe*

*Nil sapientiae odiosius acumine nimio*<sup>1</sup>.

Sêneca

Em Paris, logo após o cair de uma noite tormentosa do outono de 18..., eu estava desfrutando o duplo prazer da meditação e de um cachimbo de espuma do mar<sup>2</sup> em companhia do meu amigo C. Auguste Dupin, em sua pequena biblioteca, ou gabinete de leitura, *au troisième*, nº33, rua Dunôt, Faubourg Saint-Germain. Fazia ao menos uma hora que mantínhamos silêncio profundo, enquanto cada um de nós, para qualquer observador eventual, podia parecer propositada e exclusivamente ocupado com os anéis de fumaça rodopiantes que empestevam o ar do cômodo. Eu, porém, estava discutindo comigo mesmo certos assuntos que tinham constituído mais cedo o objeto de nossa conversa naquela noite; refiro-me ao caso da rua Morgue e ao mistério que envolvia o assassi-

---

<sup>1</sup> Para a sabedoria não há coisa mais odiosa do que a excessiva agudeza. (N. da T.)

<sup>2</sup> Mineral (silicato de magnésio) poroso, leve e de cor clara, tradicionalmente empregado na fabricação dos cachimbos mais caros do mercado.

nato de Maria Roget<sup>3</sup>. Estava refletindo sobre a espécie de relação que existia entre os dois casos, quando a porta do nosso apartamento se abriu e deu passagem ao nosso velho conhecido Monsieur G., chefe da polícia de Paris.

Nós o saudamos cordialmente, pois o homem era quase tão divertido quanto desprezível e fazia muitos anos que não o víamos. Estávamos sentados na escuridão, e Dupin se levantou para acender a luz, mas voltou a se sentar sem acendê-la, depois que G. declarou ter vindo para nos consultar ou, melhor, para pedir a opinião do meu amigo sobre um assunto oficial que tinha gerado muito transtorno.

— Se for algum assunto que exige reflexão — observou Dupin, abstendo-se de acender o pavio —, nós o examinaremos melhor no escuro.

— Essa é mais uma de suas ideias excêntricas — disse o chefe de polícia, que costumava chamar de excêntrico tudo o que estivesse além de seu alcance e, assim, vivia no meio de uma legião de “excentricidades”.

— É, sim — concordou Dupin, oferecendo um cachimbo ao seu visitante e empurrando uma cadeira confortável na direção dele.

— E qual é a dificuldade agora? — perguntei. — Nada mais do gênero assassinato, espero.

— Oh, não, nada dessa natureza. O fato é que o assunto é realmente muito simples, e não tenho dúvida de que podemos lidar nós mesmos com ele satisfatoriamente bem. Mas é que imaginei que Dupin gostaria de ouvir os detalhes do caso, que é tão excessivamente *esquisito*.

— Simples e esquisito — disse Dupin.

— Pois é isso e não exatamente isso, tampouco. O fato é que ficamos um tanto intrigados porque o caso é tão simples e, no entanto, nos deixa totalmente desorientados.

---

<sup>3</sup> Referência a dois outros contos do autor. (N. da T.)

— Talvez seja a própria simplicidade da coisa que deixa vocês confusos — disse meu amigo.

— Que absurdo você está dizendo! — retrucou o chefe de polícia, rindo gostosamente.

— Talvez o mistério seja um pouco *facil demais* — disse Dupin.

— Oh, bom Deus! Quem já ouviu ideia semelhante?

— Um pouco *óbvio demais*.

— Hahaha! Hahaha! Hohoho! — rugiu nosso visitante, profundamente divertido. — Oh, Dupin, um dia você ainda me mata!

— Mas o que, afinal, é o caso em questão? — perguntei.

— Bem, vou lhes contar — respondeu o chefe de polícia, enquanto soltava uma baforada longa, firme e contemplativa e se ajeitava em sua cadeira. — Vou lhes contar com poucas palavras. Mas, antes de começar, deixe-me avisá-los de que se trata de um caso que exige o mais absoluto sigilo e que eu provavelmente perderia o posto que agora ocupo se fosse divulgado que o confiei a alguém.

— Prossiga — pedi.

— Ou não — disse Dupin.

— Pois bem: recebi informação confidencial, de alta fonte, de que certo documento da maior importância foi roubado dos aposentos reais. Sabe-se quem é o indivíduo que o roubou, não há dúvida quanto a isso, ele foi visto apanhando-o. Também se sabe que ele o conserva em sua posse.

— Como é que se sabe? — perguntou Dupin.

— Pode-se inferir claramente — respondeu o chefe de polícia — pela natureza do documento e pela não ocorrência de certos efeitos que surgiriam imediatamente se o documento saísse das mãos do ladrão, isto é, se ele o empregasse como planeja empregá-lo ao final.

— Seja um pouco mais explícito — pedi.

— Bem, posso arriscar dizer, quando muito, que o

documento dá a seu portador certo poder em certo ambiente onde tal poder é de imenso valor.

O homem tinha a mania do jargão diplomático.

— Ainda assim não entendo muito bem — disse Dupin.

— Não? Bem, a revelação do documento a uma terceira pessoa, cujo nome não declinarei, poria em causa a honra de uma personagem da mais elevada estirpe, e esse fato dá ao portador do documento um poder sobre a ilustre personagem, cuja honra e tranquilidade ficam assim ameaçadas.

— Mas esse poder — interpus — dependeria de o ladrão saber que a pessoa roubada sabe do roubo. Quem se atreveria...

— O ladrão — disse G. — é o ministro D., que se atreve a tudo, a fazer tanto as coisas dignas como as indignas de um homem. O método do roubo não foi apenas engenhoso, mas ousado. O documento em questão, uma carta, na verdade, tinha sido recebido pela personagem vítima do furto quando esta se encontrava sozinha no *boudoir*<sup>4</sup> real. Enquanto a examinava, ela foi subitamente interrompida pela entrada da outra importante personagem, de quem ela desejava especialmente esconder a carta. Após uma tentativa apressada e vã de enfiá-la numa gaveta, ela foi obrigada a deixar a carta, aberta como estava, sobre uma mesa. Porém a parte exposta foi o endereço, e o conteúdo, assim oculto, não despertou atenção. Nesse momento entra o ministro D. Seus olhos de lince percebem imediatamente o papel, reconhecem a caligrafia do endereço, observam a confusão da destinatária e penetram em seu segredo. Depois de tratar de alguns negócios, do modo apressado como é seu costume, ele tira do bolso uma carta parecida com a primeira, finge lê-la e então a coloca bem ao lado da outra. Volta a conversar, por mais quinze minutos, sobre assuntos públicos. Por fim, ao se retirar, também retira de sobre a mesa a carta que não lhe pertencia. Sua proprietária

---

<sup>4</sup> *Boudoir*, ou toucador, área da casa onde a mulher se penteava, se arrumava ou se vestia.

legítima viu, mas, é claro, não ousou chamar a atenção para o gesto, na presença da terceira personagem que estava a seu lado. O ministro deu no pé, deixando sua própria carta, que não tinha a menor importância, sobre a mesa.

— Aqui está — disse Dupin para mim —, você tem exatamente o necessário para tornar completo o poder do ladrão: ele sabe que a vítima sabe que ele sabe.

— Sim — concordou o chefe de polícia —, e o poder assim obtido tem sido manipulado, nos últimos meses, para fins políticos, num grau perigosamente elevado. A personagem roubada está cada vez mais convencida da necessidade de reaver sua carta. Mas isso, é claro, não pode ser feito abertamente. Enfim, levada pelo desespero, confiou o caso a mim.

— Suponho — disse Dupin, em meio a um círculo de fumaça perfeito — que ninguém desejaria ou sequer imaginaria um agente mais sagaz.

— O senhor me lisonjeia — replicou o chefe de polícia —, mas é possível que tenham concebido a meu respeito tal opinião.

— Está claro — disse eu —, como o senhor observa, que a carta ainda está nas mãos do ministro: é a posse da carta, e não qualquer uso dela, que lhe confere esse poder. Se for empregada, o poder desaparece.

— De fato — concordou G. —, e com essa convicção tenho agido. Meu primeiro cuidado foi dar uma busca minuciosa nos aposentos do ministro. E aqui meu principal empecilho foi a necessidade de fazer a busca sem ele saber. Acima de tudo, fui alertado do perigo que poderia resultar se lhe déssemos motivo para suspeitar de nosso plano.

— Mas o senhor — repliquei — é muito versado nessas investigações. A polícia de Paris já fez dessas coisas muitas vezes.

— Oh, sim, e por esse motivo não me exasperei. Os hábitos do ministro também me favoreceram. Frequentemente ele se

ausenta de casa por toda a noite. Seus empregados não são nada numerosos. Dormem a certa distância dos aposentos do patrão e, sendo quase todos napolitanos, ficam embriagados bem depressa. Os senhores sabem que tenho chaves com as quais posso abrir qualquer quarto ou gabinete em Paris. Por três meses, não se passou uma noite sem que não me tivesse empenhado pessoalmente, durante a maior parte dela, em vasculhar a residência do ministro. Minha honra está investida na elucidação desse caso e, cá entre nós, a recompensa é enorme. Assim, não abandonei a busca até ficar plenamente convencido de que o ladrão é mais astuto do que eu. Creio que investiguei cada canto e recanto do edifício onde o papel poderia estar escondido.

— Mas não será possível — sugeri — que, embora a carta esteja em poder do ministro, como inquestionavelmente está, ele a tenha escondido em outro lugar que não sua residência?

— É quase impossível — disse Dupin. — A situação peculiar da corte neste momento, especialmente as intrigas em que D. sabidamente está envolvido, tornaria a disponibilidade imediata do documento — a possibilidade de ser exibido a qualquer momento — um aspecto tão importante quanto sua posse.

— A possibilidade de ser exibido? — indaguei.

— Quer dizer, de ser *destruído* — ponderou Dupin.

— Tem razão — observei. — O papel então, sem dúvida, está na residência. Quanto a estar com o próprio ministro, podemos considerar isso fora de questão.

— Inteiramente — disse o chefe de polícia. — Ele foi assaltado duas vezes, por falsos bandidos, e sua pessoa rigorosamente revistada sob minha própria inspeção.

— O senhor podia ter se poupado esse incômodo — afirmou Dupin. — Presumo que D. não é um tolo completo e, assim, deve ter previsto esses assaltos, como decorrência natural de seu ato.

— Não um tolo *completo* — disse G. —, mas é poeta, o que, em minha opinião, está só a um passo da tolice.

— Tem razão — admitiu Dupin, depois de tirar uma longa e pensativa baforada de seu cachimbo —, embora eu mesmo tenha cometido alguns versos de pé quebrado.

— Quem sabe o senhor nos relata os pormenores de sua busca — pedi.

— Ora, o fato é que não tivemos pressa e revistamos *tudo*. Tenho uma longa experiência nesses assuntos. Tomei o prédio inteiro, cômodo por cômodo, dedicando a cada um deles as noites de uma semana inteira. Primeiro, examinamos a mobília de cada aposento. Abrimos todas as gavetas possíveis, e suponho que os senhores saibam que, para um agente policial adequadamente treinado, não existe nada semelhante a uma gaveta secreta. Só um estúpido permitiria que uma gaveta “secreta” lhe escapasse numa busca desse tipo. A coisa é *tão simples!* Existe um tanto certo de volume, de espaço, a ser considerado em cada armário. Além disso, temos regras precisas. A quinquagésima parte de uma polegada não teria como escapar de nós. Depois dos armários, pegamos as cadeiras. Os assentos foram inspecionados com as agulhas finas e compridas que o senhor já me viu usar. E retiramos os tampos das mesas.

— Por quê?

— Às vezes, o tampo de uma mesa, ou de outra peça de mobília de formato semelhante, é removido pela pessoa que deseja esconder um objeto. Em seguida, a perna da mesa é escavada, o objeto é depositado dentro da cavidade e o tampo recolocado. As cabeceiras e os pés das camas podem ser usados da mesma maneira.

— Mas não se poderia detectar a cavidade pelo som? — perguntei.

— De modo algum, se, quando o objeto for depositado, colocarem um enchimento de algodão suficiente em torno

dele. Além disso, no nosso caso, éramos obrigados a agir sem fazer ruído.

— Mas vocês não podem ter removido... não podem ter desmontado *todas* as peças de mobília em que teria sido possível criar um esconderijo da maneira que o senhor menciona. Uma carta pode ser enrolada numa fina espiral, não muito diferente na forma e no volume de uma grande agulha de tricô, e assim pode ser enfiada numa vareta de cadeira, por exemplo. Vocês não desmontaram todas as cadeiras!

— É claro que não. Mas fizemos melhor: examinamos as varetas de cada cadeira na residência e, de fato, as juntas de todos os tipos de móvel com o auxílio de um poderoso microscópio. Se houvesse qualquer vestígio de perturbação recente, não deixaríamos de detectá-lo imediatamente. Um simples grão de poeira deixado pela verruma<sup>5</sup>, por exemplo, ficaria tão evidente quanto uma maçã. Qualquer alteração na cola, qualquer intervalo incomum nas juntas bastaria para garantir uma inspeção.

— Imagino que examinaram os espelhos, entre a moldura e o vidro, e vasculharam as camas e as roupas de cama, bem como as cortinas e os tapetes.

— Sem dúvida alguma. E, quando nos demos por satisfeitos com cada partícula de mobília, passamos a examinar a casa em si. Dividimos sua inteira superfície em compartimentos, que foram numerados, de modo que nenhum passasse despercebido. Em seguida, esquadrimos cada polegada quadrada do imóvel, incluindo as duas casas imediatamente adjacentes, com o microscópio, como antes.

— As duas casas adjacentes! — exclamei. — Vocês devem ter tido um trabalhão.

— Tivemos, mas a recompensa oferecida é prodigiosa.

— Incluíram o *terreno* em torno das casas?

— Todo o terreno é calçado de tijolos. Não nos deram

---

<sup>5</sup> Broca utilizada principalmente para perfurar madeira.

muito trabalho. Examinamos o musgo entre os tijolos, mas não achamos alterações.

— Buscaram entre os papéis de D., é claro, e nos livros da biblioteca...

— Certamente. Abrimos cada pasta e cada embrulho. Não somente abrimos cada livro, mas passamos cada página de cada volume, não nos contentando com uma mera sacudida, como é o hábito de alguns oficiais de polícia. Também medimos a espessura de cada capa de livro, com a mensuração mais acurada, e aplicamos a cada uma o exame mais zeloso do microscópio. Se qualquer das encadernações tivesse sido manipulada recentemente, seria no mínimo impossível que o fato escapasse de nossa observação. Uns cinco ou seis volumes, recém-saídos das mãos do encadernador, foram inspecionados com todo o cuidado, longitudinalmente, com as agulhas.

— Exploraram o piso embaixo dos tapetes?

— Sem sombra de dúvida. Removemos cada tapete e examinamos as bordas com o microscópio.

— E os papéis de parede?

— Também.

— Procuraram nas adegas?

— Procuramos.

— Então — disse eu —, os senhores cometeram um erro de cálculo, e a carta *não está* no prédio, como supunha.

— Receio que o senhor esteja certo — admitiu o chefe de polícia. — E agora, Dupin, o que me aconselharia fazer?

— Empreender uma nova busca.

— Isso é absolutamente desnecessário — retrucou G. — Tenho tanta certeza de que a carta não está no palacete quanto tenho de estar respirando.

— Não tenho melhor conselho a lhe dar — disse Dupin. — O senhor tem, é claro, uma descrição minuciosa da carta?

— Oh, sim!

E aqui o chefe de polícia, abrindo um livro-memorando,

passou a ler em voz alta um relato pormenorizado da aparência interna, e especialmente externa, do documento desaparecido. Logo após concluir a leitura dessa descrição, o bom homem se despediu, muito mais deprimido do que eu jamais o tinha visto.

Cerca de um mês depois, ele nos fez outra visita e nos encontrou ocupados tanto quanto antes. Pegou um cachimbo e uma cadeira e entabulou uma conversa banal. Por fim, eu disse:

— E então, chefe G., e o caso da carta roubada? Suponho que a esta altura o senhor tenha se convencido de que não há como ser mais astuto que o ministro.

— Raios partam o ministro! Entretanto, fiz, sim, o exame conforme Dupin sugeriu... Mas foi todo um trabalho perdido, como eu já sabia.

— De quanto você disse que era mesmo a recompensa? — perguntou Dupin.

— Bem, uma quantia considerável... uma recompensa muito generosa. Não gostaria de dizer quanto, exatamente, mas uma coisa direi: não me importaria de dar cinquenta mil francos do meu bolso a qualquer pessoa que conseguisse aquela carta. A verdade é que o caso está se tornando mais grave a cada dia, e a recompensa foi dobrada recentemente. Se fosse triplicada, no entanto, eu não poderia fazer mais do que já tenho feito.

— Que nada — disse Dupin, arrastando as palavras entre baforadas de seu cachimbo de espuma do mar. — Eu de fato acho..., G... você não deu tudo de si... tudo de si nesse caso. Você poderia... fazer um pouco mais, eu acho, não é?

— Como? De que maneira?

— Ora... (*baforada*) você poderia... (*baforada*) pedir conselho sobre o assunto, não é?... (*baforada*) Lembra-se da história que contam sobre Abernethy?<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> John Abernethy (1765-1831), famoso e excêntrico médico inglês, cirurgião-chefe do Hospital São Bartolomeu, de Londres. (N. da T.)

— Não, que o diabo leve Abernethy!

— Ah, sim, que o leve, e em boa hora! Mas, certa vez, um rico avarento teve a ideia de surrupiar uma opinião médica desse Abernethy. Aproveitando, para tal fim, uma conversa banal em companhia privada, ele insinuou seu problema para o médico, como se fosse o de um indivíduo imaginário. “Suponhamos”, disse o avarento, “que os sintomas dele sejam tais e tais. E então, doutor, o que o senhor lhe recomendaria tomar?”. “Tomar?”, disse Abernethy. “Ora, tomar um conselho, é claro.”

— Mas eu estou perfeitamente disposto a tomar um conselho — disse o chefe de polícia, um tanto perturbado. — Eu *de fato* daria cinquenta mil francos a qualquer um que me ajudasse nessa questão.

— Neste caso — retrucou Dupin, abrindo uma gaveta e tirando de lá um bloco —, o senhor já pode preencher em meu nome uma nota promissória no valor mencionado. Quando tiver assinado, eu lhe entrego a carta.

Fiquei estupefato. O chefe de polícia pareceu fulminado por um raio. Por alguns instantes permaneceu mudo e imóvel, fitando incrédulo o meu amigo, com olhos que pareciam saltar para fora das órbitas. Logo, aparentemente recuperando os sentidos em alguma medida, apanhou uma pena e, após várias pausas e olhares vagos, acabou de preencher e assinar uma promissória de cinquenta mil francos e a passou a Dupin por cima da mesa. Este a examinou cuidadosamente e a colocou em sua caderneta de bolso. Em seguida, destrancou uma escrivania, tirou de lá uma carta e a deu ao chefe de polícia. O agente da lei agarrou-a num verdadeiro transe de júbilo, lançou um rápido olhar sobre o conteúdo e, então, saltando e cambaleando até a porta, saiu por fim a correr, sem a menor cerimônia, para fora da sala e da casa, sem ter pronunciado uma única sílaba desde que Dupin lhe pedira para assinar a promissória.

Quando ele desapareceu, meu amigo começou a dar algumas explicações.

— A polícia de Paris — disse ele — é extremamente capaz a seu modo. Eles são perseverantes, engenhosos, astutos e têm o total conhecimento daquilo que seus principais deveres exigem. Assim, quando G. detalhou para nós seu modo de inspecionar a residência do ministro D., tive absoluta certeza de que ele fizera uma investigação satisfatória... na medida de suas possibilidades.

— Na medida de suas possibilidades? — repeti.

— Sim — respondeu Dupin. — As medidas tomadas foram não só as melhores do gênero, mas executadas com absoluta perfeição. Se a carta tivesse sido guardada no perímetro de suas buscas, aqueles camaradas, sem a menor dúvida, a teriam encontrado.

Eu apenas ri, mas ele parecia bastante sério em tudo o que dizia.

— As medidas, portanto — prosseguiu ele —, eram boas em seu gênero e foram bem executadas; seu defeito reside no fato de não serem aplicáveis ao caso e ao homem. Dado conjunto de recursos altamente engenhosos se transforma, com o chefe de polícia, numa espécie de leito de Procusto<sup>7</sup>, ao qual procura adaptar à força todos os seus planos. Mas ele erra constantemente por ser profundo demais ou raso demais, no caso em questão; e muito menino de escola raciocina melhor. Conheci um, com seus oito anos de idade, cujo sucesso em adivinhar no jogo do “par ou ímpar” atraía a admiração geral. Esse jogo é simples e se faz com bolas de gude. Um jogador segura na mão certo número de bolinhas e pergunta a outro se o número é par ou ímpar. Se o palpite

---

<sup>7</sup> Segundo a mitologia grega, Procusto foi um bandido da Ática, morto por Teseu. Ele estendia suas vítimas sobre um leito ao qual elas eram amoldadas de modo violento: se o excedessem, seus pés eram cortados; se muito pequenas, sofriam estiramento.

está correto, o adivinhador ganha uma; se está errado, perde uma. O menino de quem falo ganhou todas as bolas de gude da escola. É claro que tinha algum princípio na adivinhação, e este residia na simples observação e na avaliação da astúcia de seus oponentes. Por exemplo, um rematado simplório é seu oponente e, levantando a mão fechada, pergunta: “Par ou ímpar?”. Nosso menino responde: “Ímpar”, e perde. Mas, na segunda tentativa, ele ganha, pois então diz a si mesmo: “O simplório escolheu um número par na primeira vez, e sua esperteza é bastante apenas para fazê-lo escolher um número ímpar na segunda; portanto, vou escolher ímpar”. Ele escolhe ímpar e ganha. Ora, com um simplório um grau acima do primeiro, ele teria pensado assim: “Esse sujeito vê que na primeira vez eu escolhi ímpar e, na segunda, vai propor a si mesmo, num primeiro impulso, uma variação simples de par para ímpar, como fez o primeiro simplório; mas, então, uma segunda reflexão vai sugerir que essa variação é simples demais, e finalmente ele se decidirá por um número par, como antes; portanto, vou escolher par”. Ele escolhe par e ganha. Ora, esse modo de raciocínio do menino, a quem seus colegas chamam de “sortudo”, o que é, em última análise?

— É simplesmente — respondi — uma identificação do intelecto do raciocinador com o de seu adversário.

— Exato — disse Dupin — e, ao perguntar ao menino por que meios ele efetuou a total identificação em que consistiu seu êxito, recebi a seguinte resposta: “Quando quero descobrir quanto alguém é esperto, ou estúpido, ou bom, ou malvado, ou quais são seus pensamentos no momento, eu moldo a expressão do meu rosto, tanto quanto possível, de acordo com a do dele, e então espero para ver que pensamentos ou sentimentos surgem em minha mente ou em meu coração, como que acompanhando a expressão ou correspondendo a ela”. Essa resposta do menino repousa

no fundo de toda a profundidade espúria que tem sido atribuída a La Rochefoucauld, a La Bruyère, a Maquiavel e a Campanella<sup>8</sup>.

— E a identificação — disse eu — do intelecto do raciocinador com o de seu adversário depende, se entendo bem você, da precisão com que o intelecto do adversário é avaliado.

— É disso que depende, em seus resultados práticos — confirmou Dupin —, e o chefe de polícia e sua turma falharam tão frequentemente, primeiro, por falta dessa identificação e, segundo, por um erro de avaliação ou, melhor, pela não avaliação da inteligência daquele com que estão lidando. Eles só consideram suas próprias noções de engenhosidade e, ao buscar uma coisa escondida, atentam somente para os modos como eles mesmos a teriam escondido. E têm razão ao fazer isso, pois sua própria engenhosidade é uma fiel representante da das massas. Mas, quando a astúcia de determinado criminoso é diferente em caráter da deles, o criminoso naturalmente os engana. Isso sempre ocorre quando a astúcia é superior à deles e, com muita frequência, quando é inferior. Eles não têm nenhuma variação de princípio em suas investigações. No melhor dos casos, quando premidos por alguma urgência inabitual, por alguma recompensa extraordinária, eles ampliam ou exacerbam seus velhos modos de agir, sem tocar em seus princípios. O que, por exemplo, neste caso de D., se fez para variar o princípio de ação? O que são todas essas perfurações, sondagens, ressonâncias e exames com o microscópio, essa divisão da superfície do prédio em polegadas quadradas numeradas... o que é isso tudo senão um exagero na aplicação de um princípio ou conjunto de princípios de busca, que se ba-

---

<sup>8</sup> François de La Rochefoucauld (1613-1680), escritor e memorialista francês, autor de *Reflexões ou sentenças e máximas morais*; Jean de La Bruyère (1645-1696), ensaísta e moralista francês, autor de *Diálogos sobre o quietismo*; Nicolau Maquiavel (1469-1527), historiador, poeta e diplomata italiano, autor de *O príncipe*; Tommaso Campanella (1568-1639), filósofo renascentista italiano, autor de *Cidade do Sol*.

seiam no conjunto único de noções acerca da engenhosidade humana ao qual se acostumou o chefe de polícia, na longa experiência de seu dever? Você não vê que ele considerou ponto pacífico que *todos* os homens queiram esconder uma carta, se não exatamente num orifício feito a verruma numa perna de cadeira, pelo menos em alguma cavidade ou desvão recôndito sugerido pela mesma linha de raciocínio que levaria um homem a ocultar uma carta num orifício feito a verruma numa perna de cadeira? E você também não vê que esses esconderijos rebuscados são adequados somente a ocasiões comuns e seriam adotados somente por intelectos comuns? Pois, em todos os casos do gênero, a ocultação do objeto roubado, uma ocultação dessa maneira rebuscada, é, em primeiríssima instância, presumível e presumida. Assim, sua descoberta não depende, de modo algum, da perspicácia, mas mera e exclusivamente do cuidado, paciência e determinação dos investigadores. E quando o caso é de importância, ou, o que dá na mesma aos olhos de um policial, quando a recompensa é considerável, as qualidades em questão nunca falharam, ao que se saiba. Agora você entenderá o que quero dizer ao sugerir que, se a carta roubada tivesse sido escondida em qualquer lugar dentro dos limites da investigação do chefe de polícia... em outras palavras, se o princípio de sua ocultação estivesse compreendido dentro dos princípios do chefe de polícia, sua descoberta teria sido coisa absolutamente certa. Esse funcionário, porém, se deixou ludibriar inteiramente, e a fonte original de seu fracasso reside na suposição de que o ministro é um tolo, porque adquiriu renome como poeta. Todos os tolos são poetas, isso o chefe de polícia sente, e sua única culpa é a *non distributio medi*<sup>9</sup> ao inferir, daí, que todos os poetas são tolos.

---

<sup>9</sup> Omissão do termo médio, ou seja, omissão da premissa menor do silogismo. Para que se possa concluir, da afirmação “todos os tolos são poetas”, que “todos os poetas são tolos”, seria preciso estabelecer antes que “tolo e poeta são equivalentes”, o que é evidentemente falso. (N. da T.)